Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia e suas controladas revisaram as principais estimativas utilizadas nas projeções e análises sobre a recuperabilidade dos tributos diferidos sobre o lucro, considerando os eventuais impactos da COVID-19 nos negócios, e não foi identificada a necessidade de redução dos saldos já reconhecidos nestas demonstrações contábeis.

Mensuração do valor justo

A Companhia mantém contratos derivativos de swap para a proteção contra a exposição cambial de dívidas denominadas em moeda estrangeira e compras de alumínio em contratos futuros. Essas operações são mensuradas a valor justo, seja por meio do resultado ou do resultado abrangente, a depender das características das operações. Considerando a natureza dessas operações, e que as contrapartes (instituições financeiras) não deverão sofrer impactos relevantes em suas operações, de forma que comprometa o risco de crédito dessas instituições, consideramos que a COVID-19 não produz impactos sobre a mensuração a valor justo de nossas operações.

Provisões e passivos contingentes

A Companhia avaliou a natureza das provisões e passivos contingentes e constatou que a COVID-19 não produziu impactos sobre a mensuração contábil de tais transações.

Reconhecimento de receita

A administração avaliou os critérios de reconhecimento de receitas da Companhia, bem como a existência de quaisquer mudanças sobre as políticas de devolução ou outras obrigações de desempenho assumidas com os clientes e constatou que nenhuma alteração ocorreu nas práticas de reconhecimento das receitas da Companhia.

Liquidez e cumprimento de compromissos financeiros

A Companhia continua atendendo a todos os indicadores financeiros e não financeiros, definidos em seus contratos de empréstimos e financiamentos. A Companhia está comprometida com as medidas de austeridade e preservação de caixa, de forma a garantir a sua continuidade operacional.

2.2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1. Declaração de conformidade e base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS). Adicionalmente, a Companhia e suas controladas consideraram as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

A administração da Companhia decidiu reclassificar os saldos contábeis de "operações de forfaying" anteriormente apresentados no grupo de "Fornecedores e outras contas a pagar" para o grupo de contas de "Empréstimos e financiamentos", no montante de R\$ 31.108, conforme a natureza desses saldos para melhor comparabilidade dos valores do período corrente e valores correspondentes.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As International Financial Reporting Standards (IFRS) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, propriedades para investimento e ativos e obrigações com plano de pensão, que foram mensurados pelo valor justo. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de *hedge* ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de *hedge*.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 2.3.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 25 de março de 2022.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

a. Moeda funcional

A moeda funcional de uma Companhia é a moeda do principal ambiente econômico em que ela está inserida e deve ser a moeda que melhor reflete seus negócios e operações. A moeda funcional da Companhia e suas controladas

é o Real, exceto para as controladas: (i) Alubar Canadá Holding Inc., que a moeda funcional é o dólar canadense ("CAD"), a (ii) Alubar Metals LLC. e Alubar USA Holding LLC, cuja moeda funcional é o dólar norte-americano ("USD"), e portanto suas demonstrações contábeis foram convertidas para a moeda de apresentação, Real.

b. Moeda de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação da Companhia, convertendo-se as demonstrações contábeis preparadas por suas controladas: Alubar Canadá Holding Inc. em dólar canadense para Reais, Alubar Metals LLC., e Alubar USA Holding LLC em dólar norte-americano para Reais, utilizando os seguintes critérios:

- Ativos e passivos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço;
- Contas do resultado, do resultado abrangente e demonstração dos fluxos de caixa pela taxa média mensal; e
- Patrimônio líquido ao valor histórico de formação.

Os ajustes resultantes da conversão acima tem sua contrapartida reconhecida na rubrica específica do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avaliação patrimonial".

Todas as informações financeiras estão apresentadas em Real e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

(a) Julgamentos e estimativas

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas, quando aplicáveis, nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 6** – Provisão para perdas esperadas com créditos: a Administração efetua análises para fazer face a perdas na realização das contas a receber de clientes, considerando os riscos envolvidos e registra provisão quando a administração identifica evidência objetiva de perda, conforme diretrizes da NBC TG 48/IFRS 9.
- **Nota 9** – Premissas utilizadas na determinação do valor justo da propriedade para investimento;
- **Nota 10** – Equivalência patrimonial em investidas: determinação se Companhia tem influência significativa sobre uma investida, conforme diretrizes da NBC TG 18 (R3) / IAS 28;
- **Nota 10** – Consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida, conforme diretrizes do NBC TG 36 (R3) / IAS 27;
- **Nota 11** – Imobilizado: Valor residual e a vida útil estimada do ativo imobilizado, conforme diretrizes da NBC TG 27 (R4) / IAS 16;
- **Nota 12** – (i) Prazo do arrendamento: se o Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. (ii) Taxa incremental dos arrendamentos: Os direitos de uso e passivos de arrendamentos são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito da arrendatária, do prazo do contrato e das garantidas oferecidas.
- **Nota 16** – Provisão para contingências: Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos a Companhia e suas controladas.

A administração da Companhia e suas controladas não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avalia-